



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

**PARECER JURÍDICO**

**CONSULENTE:** Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão – TO.

**REFERÊNCIA:** Processo Administrativo nº 008/2026

**MODALIDADE:** Dispensa de Licitação nº 003/2026

**ASSUNTO:** Análise da possibilidade de Contratação direta, através de Dispensa de Licitação, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto 12.807/2025.

**OBJETO:** IMPLANTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES QUE ATENDAM ÀS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS, COM TREINAMENTO DE TODOS OS FUNCIONÁRIOS NA UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS LOCADOS, BEM COMO SUPORTE E MANUTENÇÃO DESSES SISTEMAS, OS QUAIS DEVEM ATENDER ÀS SEGUINTE ÁREAS: CONTABILIDADE PÚBLICA E FINANCEIRA, CONTROLE DE ORÇAMENTO (PPA, LDO E LOA) E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS, INCLUINDO IPTU ONLINE E CERTIDÃO NEGATIVA ONLINE, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE BERNARDO SAYÃO/TO.

**1. RELATÓRIO:**

Trata o presente expediente de solicitação de análise jurídica acerca do procedimento de contratação na modalidade de dispensa, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto nº 12.343/2024, visando a **IMPLANTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES QUE ATENDAM ÀS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS, COM TREINAMENTO DE TODOS OS FUNCIONÁRIOS NA UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS LOCADOS, BEM COMO SUPORTE E MANUTENÇÃO DESSES SISTEMAS, OS QUAIS DEVEM ATENDER ÀS SEGUINTE ÁREAS: CONTABILIDADE PÚBLICA E FINANCEIRA, CONTROLE DE ORÇAMENTO (PPA, LDO E LOA) E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS, INCLUINDO IPTU ONLINE E CERTIDÃO NEGATIVA ONLINE, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE BERNARDO SAYÃO/TO,** a qual requer o processamento por dispensa de licitação com fundamento na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Importa destacar, ainda, que o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 estabelece



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO**

a obrigatoriedade de que os processos de contratação direta, compreendendo tanto os casos de inexigibilidade quanto de dispensa de licitação, sejam instruídos com documentos indispensáveis para garantir a transparência e a regularidade do procedimento. Tais documentos incluem:

**Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

**I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;**

**II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);**

**III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;**

**IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;**

**V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;**

**VI - Razão da escolha do contratado;**

**VII - justificativa de preço;**

**VIII - autorização da autoridade competente.**

**Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.**

A presente análise, portanto, deverá verificar se todos esses requisitos estão devidamente atendidos no processo, de modo a assegurar a observância das disposições legais aplicáveis e a conformidade do procedimento com os princípios que regem a Administração Pública.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica

## **2. ANÁLISE JURÍDICA:**

### **2.1. RELEVÂNCIA DO CONTROLE JURÍDICO PRÉVIO NA CONTRATAÇÃO DIRETA.**

O parecer jurídico é peça fundamental no controle prévio de legalidade das

Avenida Antônio Pesconi nº 378, Centro  
CNPJ nº 25.086.596/0001-15  
Fone nº (63) 3422 1241  
Bernardo Sayão- TO





**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

contratações realizadas pela Administração Pública, representando uma garantia essencial da observância dos princípios constitucionais que regem os atos administrativos, como legalidade, moralidade e eficiência. A obrigatoriedade desse controle, realizada pelo órgão jurídico, está prevista no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que os processos licitatórios e de contratação direta somente poderão prosseguir após a análise jurídica das peças que compõem os autos.

A análise jurídica visa assegurar que a contratação esteja plenamente respaldada pelas normas vigentes, evitando possíveis nulidades e resguardando a Administração Pública de eventuais prejuízos ou responsabilizações decorrentes de falhas no procedimento. Tal parecer deve ser redigido com linguagem clara e objetiva, abrangendo todos os elementos indispensáveis à contratação e, simultaneamente, conferindo ao procedimento a transparência necessária para a garantia da legalidade e da segurança jurídica.

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - Appreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.”

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

## **2.2. DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

O documento de formalização da demanda é um dos pilares que sustentam o processo de contratação direta ou licitatória, sendo exigido pela Lei nº 14.133/2021 como



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

instrumento inicial para caracterizar a necessidade da contratação e garantir a devida instrução do processo administrativo. Ele representa a materialização da demanda interna da Administração Pública, fundamentando o objeto a ser contratado e delimitando as necessidades a serem atendidas, sempre em conformidade com os objetivos da gestão pública.

A formalização da demanda é essencial para assegurar a clareza e a objetividade no planejamento da contratação, permitindo que a Administração identifique previamente os requisitos técnicos, as condições orçamentárias e a viabilidade da execução do contrato. Dessa forma, ela contribui diretamente para o atendimento ao princípio da eficiência, evitando contratações desnecessárias, mal planejadas ou desalinhadas com o interesse público.

No presente caso, verifica-se que o processo administrativo em análise foi devidamente instruído com o documento de formalização da demanda, elaborado de forma a atender os requisitos legais estabelecidos pelo artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

**I - Documento de formalização de demanda** e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

A formalização da demanda apresentada no processo descreve, com precisão e clareza, o objeto da implantação e prestação de serviços de locação de softwares que atendam às legislações específicas, com treinamento de todos os funcionários na utilização dos sistemas locados, bem como suporte e manutenção desses sistemas, os quais devem atender às seguintes áreas: contabilidade pública e financeira, controle de orçamento (PPA, LDO e LOA) e arrecadação de tributos, incluindo IPTU online e certidão negativa online, para atender às necessidades das unidades administrativas do Município de Bernardo Sayão/TO.

Desse modo, a formalização da demanda encontra-se em conformidade com as disposições normativas, sendo suficiente para fundamentar e justificar a contratação direta analisada neste parecer jurídico

### **2.3. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um instrumento indispensável no processo de planejamento das contratações públicas, previsto na Lei nº 14.133/2021. Ele tem como objetivo principal fornecer os subsídios técnicos necessários para avaliar a viabilidade da contratação e



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

garantir que as soluções propostas estejam alinhadas às necessidades da Administração Pública e ao interesse público.

Por meio do ETP, são identificados e analisados aspectos como o objeto a ser contratado, as soluções possíveis, os custos envolvidos, os riscos associados à execução do contrato, e outros elementos relevantes para a tomada de decisão. Esse estudo promove o planejamento eficiente e transparente das contratações, fundamentando as escolhas administrativas e minimizando falhas no processo.

Art. 18. O Estudo Técnico Preliminar é obrigatório e consiste na caracterização da necessidade da contratação e na definição dos requisitos da solução que a atenda, sendo utilizado para subsidiar a elaboração do termo de referência ou do projeto básico.

Parágrafo único. O Estudo Técnico Preliminar deverá conter, no mínimo:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerando os problemas a serem resolvidos sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da quantidade a ser contratada e da adequação ao objeto;

- III - estimativas das receitas e despesas que serão geradas pela contratação, inclusive das que ocorrerem em exercícios financeiros futuros;
- IV - requisitos da contratação;

- V - estimativa do impacto ambiental, se for o caso;
- VI - providências a serem adotadas pela Administração para adequação do espaço físico e da capacitação de pessoal, quando for o caso."

No caso em análise, o processo foi instruído com o Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com as disposições legais. O documento identifica e caracteriza a necessidade da implantação e prestação de serviços de locação de softwares que atendam às legislações específicas, com treinamento de todos os funcionários na utilização dos sistemas locados, bem como suporte e manutenção desses sistemas, os quais devem atender às seguintes áreas: contabilidade pública e financeira, controle de orçamento (PPA, LDO e LOA) e arrecadação de tributos, incluindo IPTU online e certidão negativa online, para atender às necessidades das unidades administrativas do Município de Bernardo Sayão/TO.

Dessa forma, o Estudo Técnico Preliminar reforça a segurança e a viabilidade da contratação, demonstrando que o processo foi planejado em conformidade com a legislação vigente e alinhado aos princípios da Administração Pública.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

## **2.4 PROPOSTA DE PREÇO**

A norma 14.133/2021, artigo 23º estabelece que os incisos I, II e III do referido artigo são os parâmetros primários e mais robustos, e que a Administração Pública deve priorizá-los para garantir maior fundamentação técnica, eficiência e transparência, que a coleta de preços no presente processo seja ajustada às diretrizes dos incisos I, II e III:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

Os incisos I, II e III **oferecem maior segurança** e fundamentação ao processo, uma vez que ampliam a base de dados utilizada para estimar os valores, promovendo maior transparência e alinhamento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, como os princípios da eficiência, moralidade, economicidade e legalidade.

A utilização do **inciso I**, que prevê o uso de painéis de preços praticados no âmbito da Administração Pública, destaca-se pela inclusão do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**. O PNCP é uma plataforma centralizada instituída pela Lei nº 14.133/2021, que tem como objetivo organizar e disponibilizar informações sobre contratações públicas realizadas em âmbito nacional. Ele permite o acesso a dados detalhados sobre preços praticados, contratos e fornecedores, promovendo maior transparência e eficiência no processo de compras públicas. Sua utilização facilita a comparação de preços e assegura maior uniformidade nas contratações, sendo uma ferramenta essencial para a boa governança pública.

A doutrina especializada reforça a importância de seguir essa ordem de preferência. Conforme destacado no "Manual de Orientação: Pesquisa de Preços" do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

"a correta definição do valor estimado da contratação é essencial ao sucesso do processo de contratação. Afinal, enquanto referência para análise de aceitabilidade das propostas, apenas cumprirá sua finalidade se, efetivamente, retratar a realidade de mercado."

O manual enfatiza que a Administração deve reunir o maior número possível de preços, a partir de fontes diversas, sendo preferencial o emprego das fontes previstas nos incisos I e II do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a observância dos parâmetros estabelecidos nos incisos I, II e III do §1º do artigo 23 é fundamental para garantir a economicidade e a eficiência nas contratações públicas. Esses incisos representam métodos mais seguros e robustos para a formação do valor estimado, priorizando fontes confiáveis e abrangentes, como o PNCP, publicações especializadas e pesquisas técnicas qualificadas. Dessa forma, é altamente recomendado que a Administração priorize o uso dos incisos I, II e III, pois eles oferecem maior transparência, alinhamento com os princípios da moralidade e eficiência administrativa e segurança jurídica para o processo, assegurando que os valores estimados reflitam de forma precisa os preços de mercado e promovam a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

Nos termos do **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, o valor previamente estimado da contratação deve ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando os preços constantes de bancos de dados públicos, as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. O § 1º do referido dispositivo estabelece que, para a contratação de serviços em geral, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização de parâmetros, adotados de forma combinada ou não, dentre os quais se destacam: II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observados os índices de atualização correspondentes; III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso; e IV – pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que atendidos os requisitos legais quanto à justificativa da escolha e à atualidade dos preços.

No caso concreto, a pesquisa de preços foi realizada de forma regular e compatível com o **art. 23, § 1º, incisos II, III e IV, da Lei nº 14.133/2021**, mediante a combinação de fontes idôneas e complementares. Foram considerados valores praticados em contratações públicas similares, bem como pesquisa de preços realizada por meio do sistema BNC, além de cotações diretas obtidas junto às empresas DATTA SYSTEM TECNOLOGIA LTDA, CENTI TECNOLOGIA LTDA e H. LOPES SISTEMAS EIRELI – EPP, todas atuantes no mercado de sistemas de gestão pública e com objetos compatíveis com a contratação pretendida. A partir da consolidação dos preços coletados, apurou-se o **valor unitário médio mensal de R\$ 4.006,33**, resultando no **valor global estimado da contratação de R\$ 48.076,00 (quarenta e oito mil e setenta e seis reais)** para o período de 12 (doze) meses. Dessa forma, o valor estimado encontra-se devidamente justificado, refletindo a realidade de mercado, observando os princípios da economicidade, eficiência, legalidade e interesse público, conferindo segurança técnica e jurídica ao processo administrativo.

## **2.5 TERMO DE REFERÊNCIA**

O Termo de Referência é um documento indispensável nos processos de contratação pública, previsto na Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos. Ele tem como objetivo descrever, com clareza e detalhamento, o objeto a ser





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO**

contratado, os requisitos técnicos, as condições de execução e demais especificidades necessárias para viabilizar a contratação de bens ou serviços.

De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, o Termo de Referência é definido como:

"Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:  
[...]

**XXIII - Termo de Referência:** documento necessário para a contratação direta, em que deverão constar os elementos que caracterizam o objeto contratado e os critérios objetivos necessários à escolha da proposta mais vantajosa e à execução do contrato;"

O Termo de Referência que integra o presente processo administrativo foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, apresentando definição clara e precisa do objeto da contratação. Conforme descrito no documento, o objeto consiste na implantação e na prestação de serviços de locação de sistemas e softwares destinados a atender legislações específicas, abrangendo a contabilidade pública e financeira, o controle orçamentário relativo ao PPA, LDO e LOA, a arrecadação de tributos municipais, o IPTU Online e a emissão de Certidão Negativa Online, incluindo, ainda, treinamento dos servidores, suporte técnico e manutenção dos sistemas, com o objetivo de atender às necessidades das unidades administrativas do Município de Bernardo Sayão – TO.

No que se refere à justificativa, o Termo de Referência demonstra que a contratação se mostra imprescindível para o adequado funcionamento da Administração Pública Municipal, diante da necessidade de utilização de ferramentas tecnológicas modernas, integradas e compatíveis com as legislações vigentes. Destaca-se que a adoção de sistemas informatizados voltados à gestão contábil, financeira, orçamentária e tributária é fundamental para assegurar eficiência administrativa, controle, segurança das informações, transparência dos atos públicos e melhoria na prestação dos serviços ao cidadão, bem como para garantir a regularidade e a legalidade das rotinas administrativas do Município.

Quanto à especificação técnica, o Termo de Referência detalha que os sistemas a serem locados deverão contemplar, de forma integrada, as áreas de contabilidade pública e financeira, controle orçamentário, arrecadação de tributos, IPTU Online e Certidão Negativa Online, assegurando o correto registro dos atos e fatos administrativos e o cumprimento das normas aplicáveis. A contratação abrange, além da locação dos softwares, a implantação adequada



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

das soluções, o treinamento de todos os servidores envolvidos na utilização dos sistemas, bem como a prestação contínua de suporte técnico e manutenção, garantindo a correta operação, a padronização dos procedimentos e a continuidade dos serviços. O documento estabelece a unidade de medida como meses, com quantitativo de 12 (doze) meses de prestação dos serviços.

No tocante ao valor estimado, o Termo de Referência apresenta a estimativa do custo da contratação com base em pesquisa de preços, fixando o valor unitário mensal estimado em R\$ 4.006,33 (quatro mil seis reais e trinta e três centavos), para o quantitativo de 12 (doze) meses, resultando no valor total estimado de R\$ 48.076,00 (quarenta e oito mil e setenta e seis reais). Tal estimativa evidencia planejamento prévio, compatibilidade com os preços praticados no mercado e observância aos princípios da economicidade e da razoabilidade administrativa.

Por fim, verifica-se que o Termo de Referência contempla de forma adequada os elementos essenciais à contratação, incluindo condições de execução, prazos, vigência, forma de pagamento, obrigações do contratado e do contratante, critérios de fiscalização, sanções administrativas e demais disposições necessárias à segurança jurídica do ajuste. Dessa forma, constata-se que o instrumento encontra-se devidamente estruturado, tecnicamente fundamentado e juridicamente adequado, servindo como base suficiente e regular para a formalização da contratação pretendida pelo Município de Bernardo Sayão – TO, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

## **2.6 EDITAL**

O edital é o documento que disciplina e organiza os processos licitatórios, servindo como instrumento para assegurar a legalidade, a transparência e a igualdade de condições entre os participantes. No caso das contratações diretas por dispensa de licitação, embora não seja obrigatória a publicação de um edital em todas as situações, a Administração deve observar a publicidade e o detalhamento das condições de contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

No presente caso, o edital elaborado para a contratação direta está alinhado com os dispositivos legais. O documento apresenta de forma clara e objetiva o objeto da contratação, bem como as condições de participação, os prazos para apresentação de propostas e os critérios de julgamento. Além disso, inclui anexos relevantes, como o Termo de Referência e a minuta do contrato, assegurando a fundamentação técnica e a segurança jurídica do procedimento.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO**

## **2.7 PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

A Lei nº 14.133/2021 introduziu inovações importantes para garantir maior transparência e eficiência nas contratações públicas, incluindo disposições específicas para a contratação direta. Entre essas inovações, destaca-se a previsão do artigo 75, §3º, que estabelece a recomendação de publicidade prévia para as contratações realizadas com base no critério de valor.

O §3º do artigo 75 prevê que as contratações diretas, pelo valor, sejam preferencialmente precedidas de um aviso público em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de três dias úteis. Essa divulgação deve conter a descrição objetiva do objeto a ser contratado, bem como a manifestação de interesse da Administração Pública em receber propostas adicionais, permitindo uma disputa mais ampla entre potenciais fornecedores e assegurando que a proposta mais vantajosa seja selecionada. A seguir, transcreve-se o referido dispositivo:

**"Art. 75. É dispensável a licitação:**

**§3º As contratações diretas por valor deverão ser preferencialmente precedidas da divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a descrição do objeto e a manifestação de interesse da administração em receber propostas adicionais."**

Essa exigência de publicidade prévia reforça a transparência do procedimento e amplia a concorrência, mesmo em casos de dispensa de licitação. A medida não apenas proporciona maior acesso de fornecedores interessados, mas também assegura que a Administração Pública obtenha propostas mais competitivas, contribuindo para o cumprimento dos princípios da eficiência e economicidade.

No presente caso, recomenda-se que a Administração Pública observe essa orientação, divulgando o aviso em seu sítio eletrônico oficial com antecedência mínima de três dias úteis antes de formalizar a contratação direta. Tal prática não só fortalece a segurança jurídica do processo, mas também alinha a contratação às boas práticas administrativas e aos princípios que regem os atos públicos, como a publicidade, impessoalidade e eficiência devendo-se sua publicação ocorrer junto ao diário oficial do município e o portal da transparência.

## **2.9 DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE EM CRITÉRIOS DE VALOR**



**ESTADO DO TOCANTINS**  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO*

A Constituição Federal de 1988 determina que a obtenção de bens e serviços pela Administração Pública deverá ocorrer, via de regra, mediante processo de licitação pública, um procedimento preliminar formal, que visa assegurar o tratamento isonômico e vinculado, voltado ao atendimento ao interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88, in verbis:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (Grifou-se)

Segundo depreende-se da leitura do dispositivo supramencionado, existem algumas situações em que a realização do procedimento de licitação pode colocar em risco ou prejudicar o interesse e a segurança pública

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá ser dispensada a licitação para aquisições que envolva valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o estipulado nos termos do Art.75, inciso II, da mesma Lei de Licitações

Importante dizer que o valor de R\$ 50.000,00 para a dispensa foi atualizado pelo Decreto 12.807/2025 para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe:

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

**II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;**

**Decreto 12.807/2025 – Para contratações que envolva valores inferiores a R\$ R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**

Considerando que o valor total estimado é de **R\$ 48.076,00 (quarenta e oito mil e setenta e seis reais)**, assim são preponderantes caminhar, doravante, na linha da possibilidade de



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO**

comprometimento do feito para a implantação e prestação de serviços de locação de softwares que atendam às legislações específicas, com treinamento de todos os funcionários na utilização dos sistemas locados, bem como suporte e manutenção desses sistemas, os quais devem atender às seguintes áreas: contabilidade pública e financeira, controle de orçamento (PPA, LDO e LOA) e arrecadação de tributos, incluindo IPTU online e certidão negativa online, para atender às necessidades das unidades administrativas do Município de Bernardo Sayão/TO.

É forçoso concluir pela possibilidade legal de contratação direta através de dispensa de licitação, uma vez que o caso em questão se molda perfeitamente aos valores previstos no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 12.343/2024.

**3. CONCLUSÃO:**


Dessa feita, e diante do exposto, apresento **PARECER FAVORÁVEL** para o prosseguimento do processo licitatório implantação e prestação de serviços de locação de softwares que atendam às legislações específicas, com treinamento de todos os funcionários na utilização dos sistemas locados, bem como suporte e manutenção desses sistemas, os quais devem atender às seguintes áreas: contabilidade pública e financeira, controle de orçamento (PPA, LDO e LOA) e arrecadação de tributos, incluindo IPTU online e certidão negativa online, para atender às necessidades das unidades administrativas do Município de Bernardo Sayão/TO, com valor estimado de R\$ 48.076,00 (quarenta e oito mil e setenta e seis reais), devendo-se atentar para que, no presente procedimento, seja seguida a legalidade, aplicando-se a legislação vigente que orienta o procedimento licitatório, especialmente porque está enquadrado na hipótese de contratação direta prevista no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto 12.807/2025

Não obstante, o presente parecer é prestado sob o prisma de restrição jurídica, não competindo a esta assessoria jurídica adentrar no benefício da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

É o parecer, SMJ, que submeto à consideração superior para deliberação e aprovação.

É o parecer, S.M.J

Bernardo Sayão – TO, 09 de janeiro de 2025.

  
**BRENNO DE ARAÚJO ALBUQUERQUE**  
**OAB/TO-5982**

